

FRONTEIRAS COLONIAIS, MEDIADORES CULTURAIS E REGISTROS
DOCUMENTAIS: SUJEITOS E DINÂMICAS FRONTEIRIÇAS EM DIÁLOGO

Corpo ameríndio, alianças luso-indígenas e a imagem de uma nação unificada nas obras de Inezil Penna Marinho (1940-1952)

*The Amerindian body, Luso-indigenous alliances, and the image of a unified nation
in the works of Inezil Penna Marinho (1940-1952)*

Jéferson Luís Staudt*

Magna Lima Magalhães**

*Secretaria Municipal de Educação de Sapiranga. Sapiranga, RS, Brasil

Secretaria Municipal de Educação de Lindolfo Collor. Lindolfo Collor, RS, Brasil

**Universidade Feevale. Novo Hamburgo, RS, Brasil

RESUMO: A partir de 1930, e com maior ênfase após 1937, com a instauração do Estado-Novo, a política varguista redefiniu a miscigenação como um traço distintivo da identidade brasileira. Nesse processo, investiu esforços na incorporação do elemento indígena ao discurso da nacionalidade, como uma estratégia para fortalecer a imagem de um Brasil coeso e sem barreiras étnico-raciais. À luz do cenário da época, este artigo analisa as representações divulgadas por Inezil Penna Marinho acerca do corpo ameríndio e das interações estabelecidas entre indígenas e portugueses no período colonial, aproximando tais percepções das discussões sobre a identidade nacional, que ganharam força a partir do Estado-Novo. Figura relevante no campo da Educação Física e filiado ao regime estado-novista, Marinho deixou gravadas essas concepções nas publicações nas quais reescreveu as memórias da Educação Física, valendo-se, para tanto, da recuperação de práticas corporais do passado colonial brasileiro. No que toca às fontes, foi realizada uma releitura de parte das obras do autor, principalmente, daquelas que abordam a História da Educação Física no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: identidade nacional; indígenas; portugueses; Educação Física; Governo Vargas; Inezil Penna Marinho.

*E-mail: jefersonstaudt@yahoo.com.br

<https://orcid.org/0000-0002-1117-8053>

**E-mail: magna@feevale.br

<https://orcid.org/0000-0001-9661-4178>

¹Este artigo é parte da Tese de Doutorado intitulada "No Brasil não há o preconceito de raça: Inezil Penna Marinho e a construção da identidade nacional (1940-1952), defendida, em 2023, junto ao Programa de Pós-Graduação em Processos e Manifestações Culturais da Universidade Feevale.

ABSTRACT: *From 1930 onwards, particularly after 1937, with the introduction of the Estado Novo, Vargas's policies redefined miscegenation as a distinctive trace of Brazilian identity. In the process, he invested efforts to incorporate the indigenous element into the discourse of national identity, as a strategy to bolster the image of Brazil as a cohesive and free of racial/ethnic barriers country. Considering the context of that period, this paper analyses the representations published by Inezil Penna Marinho regarding the Amerindian body and the interactions between indigenous people and the Portuguese during the colonial period, relating these perceptions to the discussions on national identity that were gathering momentum as of the Estado-Novo. A relevant figure in the field of Physical Education and affiliated with the Estado-Novo regime, Marinho imprinted those concepts in the publications where he rewrote the memories of Physical Education, by restoring body practices from Brazil's colonial past. Regarding the sources, a part of the author's work was reviewed, mainly the ones addressing the History of Physical Education in Brazil.*

KEYWORDS: *National identity; indigenous people; portuguese; Physical Education; Vargas's government; Inezil Penna Marinho.*

Introdução

No início do século XX, a miscigenação era considerada um obstáculo à nação brasileira, uma vez que grupos de origem indígena e africana, então vistos como inferiores racial e culturalmente, eram percebidos como influências negativas ao desenvolvimento do país. A crença de que esses segmentos prejudicavam o progresso nacional nutriu, entre intelectuais e políticos influentes, a ideia de que o Brasil jamais se tornaria uma nação próspera e civilizada. Porém, a partir da década de 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, as misturas étnico-raciais, nascidas dos contatos entre grupos e tradições indígenas, africanas e europeias, foram ressignificadas intelectual e politicamente como símbolos da nacionalidade. Como parte de sua estratégia nacionalista, Vargas buscou unificar o Brasil em torno de uma identidade nacional coesa, minimizando, para isso, tensões históricas que marcaram as relações étnico-raciais estabelecidas em solo brasileiro (Schwarcz, 2001).

À época, a política de unificação nacional encontrou respaldo nas ideias e nas obras de intelectuais de várias áreas, os quais defendiam a convivência pacífica entre as diferenças sociais, reconheciam as contribuições indígenas e africanas à formação do Brasil e argumentavam em prol de uma identidade nacional pautada na mestiçagem como traço característico da nacionalidade. Durante o Estado-Novo (1937-1945), especialmente, intelectuais ligados ao regime contribuíram ativamente para a divulgação do Brasil como uma nação mestiça e unificada. Apesar de essa representação de nacionalidade ter sido amplamente difundida por sociólogos e historiadores, este estudo ressalta o papel desempenhado por Inezil Penna Marinho¹, um dos grandes nomes da Educação Física do século XX.

Marinho formou-se instrutor de Educação Física pela Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx), no Rio de Janeiro, em 1938. Em 1939, assumiu o cargo de assistente técnico na Divisão de Educação Física (DEF). Fundada em 1937, a DEF era uma entidade vinculada ao Departamento Nacional de Educação do Ministério da Educação e Saúde (MES), que tinha como propósito elaborar e conduzir projetos educacionais voltados à Educação Física. Em 1942, após tornar-se técnico de educação, Marinho foi promovido a chefe da Seção Técnico-Pedagógica da DEF, tendo como uma de suas principais responsabilidades a de monitorar o exercício da Educação Física nos estabelecimentos de ensino superior, primário e secundário de todo o Brasil. Enquanto intelectual, ele envolveu-se com o debate sobre a formação étnico-racial brasileira, entre os anos de 1940 e 1950, tendo articulado essa pauta às suas abordagens históricas sobre a Educação Física e o esporte no Brasil.

Parte de seus estudos traduziu o esforço de recriar as memórias da Educação Física brasileira, mediante a recuperação de práticas corporais do passado colonial. Mesmo que, no espaço-tempo do colonialismo, o esporte e a Educação Física ainda não existissem tal como nos moldes de sua época, Marinho distinguiu as atividades indígenas que teriam constituído as primeiras manifestações do desporto nacional. De cunho utilitário e bélico, essas práticas foram recuperadas de um cenário que, desde o século XVI, passava por dramáticas mudanças socioculturais desencadeadas pelo advento da colonização ibérica. Desse modo, ao rememorar o passado nacional, Marinho destacou as relações pós-contato, atribuindo significados aos grupos de indígenas e europeus e à maneira como esses segmentos interagem. Nesse sentido, este artigo objetiva analisar as representações que Marinho produziu acerca das características físicas dos indígenas e das interações que estes estabeleceram com os portugueses desde o período colonial, traçando vínculos entre tais percepções e as discussões sobre a identidade nacional, intensificadas a partir do regime estado-novista.

Para tanto, foram examinadas as seguintes obras: *Especialização: fator preponderante na técnica da Educação Física* (1940), *Bases Científicas da Educação Física* (1943a), *Contribuição para a História da Educação Física no Brasil* (1943b), *Ante-Projeto do Método Nacional de Educação Física* (1946) e *História da Educação Física e dos Desportos no Brasil* (1952). O acesso a essa documentação se deu via consulta ao Acervo Pessoal de Inezil Penna Marinho,² o qual foi catalogado e digitalizado pela equipe do Centro de Memória do Esporte (CEME) da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (ESEFID-UFRGS). Os pertences desse acervo encontram-se disponíveis para acesso remoto e contínuo no Repositório Digital da UFRGS (LUME).³ Os livros que tratam sobre a História da Educação Física no Brasil, os quais subsidiam a maior parte das análises, foram acessados presencialmente no Acervo Histórico da Biblioteca Edgar Sperb, localizado na ESEFID/UFRGS.

Marinho baseou seu relato histórico em três importantes marcos da história política brasileira: Brasil Colonial (1500-1822), Brasil Império (1822-1889) e Brasil República (1889-1937). O período republicano foi subdividido em outras três fases: a primeira, de 1889 a 1930; a segunda, de 1930 a 1937, e a terceira, de 1937 em diante. Para as pretensões deste estudo, privilegiou-se somente a releitura da primeira parte dessas obras, que versa sobre o período colonial. Nessa abordagem, Marinho operou segundo o paradigma metódico da historiografia, que, na época, era a metodologia dominante. Desse modo, ele propôs um relato descritivo e pouco interpretativo, basicamente constituído a partir do compilado de fragmentos textuais obtidos de obras produzidas por diversos autores desde o século XVI. Ainda assim, durante as análises, partimos da ideia de que a narrativa produzida traduz a sua perspectiva histórica, na medida em que Marinho selecionou determinadas ideias em detrimento de outras para reelaborar o passado colonial e significar os agentes históricos enredados naquele cenário.

Ademais, no processo analítico, os conceitos sustentados por Marinho foram relacionados aos de outros autores, os quais também produziram definições acerca dos grupos formadores da nação e dos domínios da identidade brasileira. Como fundamento teórico-metodológico, buscou-se apoio nos Estudos Culturais (EC), um campo interdisciplinar que oferece uma compreensão das identidades como construções históricas e relacionais. No que tange às identidades nacionais, entende-se essas categorias como um dos principais elementos de organização da vida social. Elas são formadas por representações que conferem significados à nação, socializando o sentimento de pertença de seus membros à sua nacionalidade, frequentemente, valendo-se de marcadores étnico-raciais. Tais representações são disseminadas através de narrativas que recuperam as memórias nacionais, situando no passado as origens de uma nação, assim como as características de sua identidade (Hall, 2001).

Representações indígenas e a ideia de unidade nacional

Na década de 1920, a aparição de manifestos literários aqueceu a pauta da identidade nacional. Nos manifestos *Poesia Pau-Brasil* (1924) e *Antropofágico* (1928), Oswald de Andrade reinterpretou a história brasileira à luz do “primitivismo” e das liturgias indígenas. Criticando as visões eurocêntricas e a dependência cultural do Brasil, o poeta alegou que a história do país começou quando indígenas caetés, de Alagoas, deglutiram o bispo Pero Fernandes Sardinha em um ritual antropofágico.⁴ Em tom metafórico, ele dizia que só a antropofagia unia os brasileiros, já que a identidade nacional se constituiu da absorção antropofágica dos padrões europeus.⁵ No *Manifesto Verde-Amarelo* (1929), também chamado de Escola da Anta,⁶ Plínio Salgado, Menotti del Picchia, Guilherme de Almeida e Cassiano Ricardo recriaram os tupis como símbolo da nacionalidade, ao pintá-los como grupo pacífico e sem preconceitos. No vão das discussões sobre o caldeamento nacional, os autores indicaram os tupis como força centrípeta que conciliou as diferenças étnico-raciais da nação brasileira. Os esforços nacionalistas não eram novidade no meio literário, tendo em vista que, no século XIX, José de Alencar e Gonçalves Dias, nomes influentes da literatura romântica, já haviam projetado a identidade nacional sobre noções idealizadas dos nativos e de seus costumes (Candido, 2006).

O movimento partidário à cultura indígena transcendeu a alçada literária, tendo impactado as obras de escritores de outras áreas e campos do conhecimento. Dessa forma, na década de 1930, a política varguista pôde apropriar-se dessa longa tradição de enaltecimento do legado ameríndio para pensar seu projeto de nacionalização. Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, foram criadas estratégias para integrar a população indígena à sociedade brasileira, como parte das ações focadas na unidade nacional. Em 1943, o dia 19 de abril foi definido como “Dia do Índio”, para homenagear os grupos nativos que fincaram as raízes da brasilidade. A escolha dessa data foi inspirada no movimento continental de valorização da cultura ameríndia e das políticas de proteção aos indígenas, que ganhavam terreno. Em 1940, o Brasil tinha participado do Congresso Indigenista Interamericano, realizado na cidade mexicana de Pátzcuaro. Na ocasião, foi aprovado o estabelecimento do “Dia do Índio”, convidando os governos a criarem ações de incentivo à cultura dos povos tradicionais (Garfield, 2000).

Propostas de valorização dos legados ameríndios não eram novidade no Brasil, mas, em vista dos acordos internacionais e da política nacionalista impulsionada durante o Estado-Novo, essas medidas ganharam força e passaram a alicerçar a campanha de nacionalização do governo Vargas. Alinhados com essas ideias, intelectuais e membros do aparelho estatal destacaram o papel dos indígenas na construção histórica nacional. Marinho, nesse contexto, ressaltou a importância dos legados da cultura corporal ameríndia para o desenvolvimento da Educação Física brasileira. Ao rememorar o passado colonial, sua principal ideia era mostrar que, do

[...] momento em que Pedro Álvares Cabral aportou a terras brasileiras àquele em que D. Pedro I proclamou a independência, podemos resumir a história da Educação Física no Brasil às práticas existentes entre os índolas, que consistiam no manejo do arco e flecha, no arremesso de lanças, na caça e pesca, na natação, na canoagem e na equitação (Marinho, 1943b, p. 39).

Mesmo que o cenário indicasse um momento de maior acolhimento dos grupos não brancos e das culturas não europeias, tendo em vista a celebração da mestiçagem como símbolo nacional, Marinho participou de um movimento que teve pouquíssima ressonância no campo da Educação Física. Na sua área de conhecimento, predominavam as práticas corporais norte-americanas e europeias, com ênfase para narrativas históricas que fundiam as memórias da Educação Física à cultura da Antiguidade Grega. Como artifício para exaltar a população ameríndia, o autor realçou as características físicas e a cultura corporal desse segmento.

Em geral, a visão de Marinho sobre os aspectos físicos dos nativos baseou-se nas crônicas e nas cartas escritas na época colonial. Entre os registros, estava a missiva enviada por Pero Vaz de Caminha⁷ ao rei Dom Manuel, em 1500, que Marinho apresentava como o “[...] documento mais antigo que possuímos sobre os costumes dos nossos indígenas [...]” (Marinho, 1952, p. 27). Na carta, Caminha falou sobre a travessia transatlântica e caracterizou os nativos e o território em que desembarcaram. No relato do português, a nudez dos indígenas foi uma das coisas que mais o surpreendeu, a julgar pela atenção dispensada à aparência física do grupo com o qual Caminha se deparou. Ao abordar o histórico da Educação Física, Marinho retomou parte das impressões do escrivão português acerca da nudez dos nativos

[...] andam nus, sem nenhuma cobertura, nem estimam nenhuma coisa cobrir, nem mostrar suas vergonhas, e estão à cerca disso com tanta inocência como têm em mostrar o rosto. [...] Entre todos êstes, que hoje vieram, não veio mais que uma mulher moça, a qual esteve sempre atenta à missa, à qual deram um panno, com que se cobrisse, e puseram ao redor de si. Porém ao sentar não fazia memória de o muito estender para se cobrir; assim, Senhor, que a inocência desta gente é tal, que a de Adão não seria mais quanta em vergonha. Ora, veja Alteza, quem em tal inocência vive, ensinando-lhe o que para a sua salvação pertence, se se converterão ou não (Marinho, 1952, p. 27-28).

Baseado em percepções como as de Caminha, Marinho indicou a naturalidade como traço característico dos povos indígenas, na medida em que os fundiu à natureza exuberante que fascinou os europeus. Na pena dos primeiros cronistas, citados por ele, o Brasil surgia como território repleto de recursos naturais, com clima ameno e solo fértil. Aos olhos dos missionários, a terra “descoberta” era a expressão do paraíso terrestre, um lugar cujos encantos vinham da generosidade divina. Em larga medida, essa visão paradisíaca foi despertada pela nudez dos nativos, já que na Bíblia constava que Adão e Eva viveram nus no paraíso antes do pecado original. A nudez foi um dos aspectos culturais que mais impactou os europeus, sendo vista, por uns, como indício de ingenuidade e, por outros, como objeção à moral cristã e ocidental.

Na leitura de Marinho, a estranheza causada pelo corpo nu somente evidenciava “[...] o erro que laboram certas pessoas que só admitem moralidade entre aqueles cujas vestes vão da cabeça aos pés” (Marinho, 1943b, p. 13). Outros autores, menos transigentes que ele, viram a exibição do corpo como sinal de imoralidade. Paulo Prado⁸, em *Retrato do Brasil* (1928), havia dito que o ímpeto sexual dos colonizadores foi animado pelo clima afrodisíaco dos trópicos e pela sensualidade das indígenas, que exibiam o corpo e viviam seus desejos sem pudor. O sociólogo Gilberto Freyre⁹, no clássico *Casa Grande e Senzala* (1933), comentou que as mulheres mais ardentes se ofereciam em troca de pentes e espelhos aos brancos, homens vistos por elas como deuses. Na visão desses autores, a falta de mulheres brancas e a volúpia das escravizadas teriam levado os portugueses a se misturarem às indígenas, com as quais não só geraram os primeiros mestiços como também aprenderam a língua e os costumes nativos.

No contexto colonial, os usos corporais dos nativos concentraram a preocupação dos europeus, sobretudo dos membros da ordem eclesiástica, que, em resposta, os inseriram em um meticuloso processo de reeducação corporal e psíquica. A ação foi dirigida pela Companhia de Jesus, que veio à colônia com a missão de propagar a fé cristã e os princípios da Igreja. A campanha jesuíta teve início em 1549, sob a direção do padre Manuel de Nóbrega, que desembarcou na costa brasileira com a armada de Tomé de Sousa, primeiro governador-geral do Brasil, o qual veio com a missão de instituir a cidade de Salvador como sede administrativa. Com a chegada dos primeiros padres, foram fundados colégios, que se tornaram espaços de disciplinamento das mentes e dos corpos indígenas. Tais instituições eram parte do sistema de gestão metropolitana e, com as igrejas, buscavam propagar os valores cristãos (Silva, 2020).

Marinho informou que, por volta da metade do século XVI, os missionários fundaram quatro colégios nas províncias da Bahia, de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Pernambuco. Segundo ele, em meados do século XVIII, os jesuítas já haviam fundado cerca de nove colégios e vários seminários em todo o Brasil. Porém, não teria sido fácil catequizar os nativos, pois, para Marinho,

[...] o ensino da época exigia quase imobilidade absoluta do instruendo em consequência dos processos utilizados, imobilidade essa que dificilmente se poderia coadunar com o espírito irrequieto do selvagem. Destarte, as aulas nos colégios eram pela manhã e os jovens índios possuíam a tarde livre para dar completa expansão aos seus instintos naturais, refratários à rígida disciplina imposta pelos jesuítas (Marinho, 1952, p. 91-92).

Observa-se que, para Marinho, a reação dos indígenas ao mecanismo disciplinar da catequese teria partido de uma ação instintiva e não de uma resistência pensada racional e politicamente. A realidade, entretanto, foi bem diferente, tendo em vista que os nativos criaram variadas estratégias de enfrentamento, que iam de fugas até confrontos em grupo. Em alguns casos, eles aceitaram a catequização para fugir do jugo dos colonos, em outros, aliaram-se a estes para destituir os padres de que não gostavam. Devido às resistências, a cruzada catequista foi marcada por avanços e recuos permanentes em seu propósito de propagar a doutrina cristã entre os povos nativos da colônia (Almeida, 2010).

Em vista das dificuldades, a expansão do cristianismo e do idioma português só foi possível mediante métodos de ensino pautados no controle espiritual e corporal dos nativos. Desde cedo, as escolas jesuítas tentaram mudar a maneira convencional de os indígenas usarem seus corpos, implantando novas técnicas corporais e ignorando o fato de esse grupo não ver a mente, o corpo e o espírito como coisas separadas (Munduruku, 2009). Nas sociedades originárias, o corpo era um local de expressão de identidades culturais, reveladas por meio dos rituais de fabricação corporal. Porém, a reeducação do corpo pretendia padronizar os movimentos e as formas de expressão social, com vistas à integração dos nativos à sociedade civilizada projetada pela metrópole colonial. Desse modo, quando os colégios mudaram a forma de os indígenas lidarem com seus corpos, também foram modificados os significados relacionados à aparência física (Grando; Xavante, 2006).

Em determinadas passagens de sua narrativa histórica, Marinho revelou a importância simbólica do corpo no cotidiano ameríndio, ao demonstrar que certas hierarquias sociais eram visíveis corporalmente. A partir da crônica do holandês Joan Nieuhof, Marinho trouxe à tona alguns significados dados ao corpo pelos tapuias¹⁰, em meados do século XVII, desvendando como eles esculpam na fisionomia suas identidades sociais.

Os tapuias são altos e fortes, ultrapassando brasileiros e holandeses, tanto em força quanto estatura. Sua cor é morena escura, teem cabelos pretos pendentes sobre as espáduas, pois aparam-no apenas na testa, até as orelhas. [...] Os reis e as pessoas de destaque distinguem-se dos demais pelos cabelos e pelas unhas; os primeiros cortam os cabelos em forma de coroa e conservam unhas longas nos polegares. Entretanto, os parentes do rei e outros indivíduos de destaque na tribo teem unhas compridas em todos os dedos, menos nos polegares, pois este detalhe é considerado entre eles ornamento especial (Marinho, 1943b, p. 23).

Por meio dessa citação, Marinho evidenciou parte das singularidades culturais dos indígenas, destacando a elaboração do corpo como meio de demarcar a posição ocupada pelos indivíduos no quadro social. Contudo, essa foi uma das poucas vezes em que ele assinalou as especificidades culturais que distinguiram os grupos nativos. Em geral, os indígenas foram tratados como povos que andavam nus, moravam em aldeias, viviam da pesca, da caça e da agricultura e cultuavam certos ritos corporais.

Nessa visão genérica, muitas atividades foram associadas ao universo ameríndio, mas sem o cuidado de vinculá-las a etnias específicas e de interpretar seus significados culturais. Dessa forma, a diversidade cultural da população nativa foi condensada em generalidades, que davam nítida ênfase ao corpo e às práticas ligadas a ele.

No tecido narrativo, esse enfoque funcionou como argumentação para valorizar a população indígena, pois, repetidamente, Marinho exaltou os nativos por sua enorme capacidade física. Em alguns casos, ele tomou o corpo e a aptidão dos europeus como ponto de ancoragem dos argumentos, valendo-se de situações em que os indígenas se mostraram fisicamente superiores aos estrangeiros. Para tal, ele recuperou relatos como o do alemão Carl Friedrich Gustav Seidler, que, em 1825, chegou ao Brasil na esteira das primeiras correntes migratórias alemãs, agenciadas pelo Imperador Dom Pedro I. Na obra *Dez anos no Brasil* (1835), escrita quando voltou à Alemanha, Carl Seidler (2003) retratou a agitada vida social e política da capital, onde pairava certo receio quanto aos rumos da nacionalidade devido ao alto contingente populacional de pessoas pretas, mestiças e indígenas. Sobre este último grupo, parte de seu discurso ressaltava a aptidão física dos nativos, nos disparos com arco e flecha, e a superioridade deles em relação aos europeus, no que dizia respeito às corridas.

Tão extraordinária quanto à força corporal e a destreza no tiro é a rapidez desses homens. Nascidos e criados na mata, correm nessas espessuras entrançadas de espinhos, com uma rapidez que raia o incrível. Quem não estiver habituado a andar na mata, mal poder dar um passo que não deixe pedaços da roupa ou da pele, e esses homens nus correm sem jamais se ferir, com maior destreza e rapidez do que um europeu em campo livre (Marinho, 1943b, p. 29).

Devido à maior adaptação dos indígenas à vasta extensão territorial, eles arrancavam na frente dos europeus quando o assunto era percorrer as paragens arredias do sertão brasileiro. Não foi por acaso que os bandeirantes, a partir do século XVI, buscaram o apoio dos nativos para realizar suas expedições pelo interior do Brasil (Monteiro, 2001). Essa vantagem, entretanto, não advinha de mera ambientação, pois os indígenas pareciam ser “naturalmente” mais fortes e aptos fisicamente do que os europeus. Foi essa a impressão deixada por Marinho ao reeditar a História da Educação Física, já que, ao longo da redação, a saúde e a força física eram apontadas como qualidades tipicamente nativas. Tal perspectiva aparece em sua obra respaldada, por exemplo, em observações como as do francês Jean de Léry, que teve relação direta com os tupinambás, no século XVI, e viu de perto o vigor físico desse grupo.

Direi, inicialmente, a fim de proceder com ordem, que os selvagens do Brasil, habitantes da América, chamados Tupinambás, entre os quais residi durante quase um ano e com quais tratei familiarmente, não são maiores nem mais gordos do que os europeus; são, porém, mais fortes, mais robustos, mais entroncados, mais bem dispostos e menos sujeitos a moléstias, havendo entre eles muitos poucos coxos, disformes, aleijados ou doentios (Marinho, 1943b, p. 16).

Léry apurou esses dados durante sua estadia na França Antártica, a colônia que os franceses fundaram, em 1555, na Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro (Almeida, 2010). Quando se infiltrou entre os tupinambás, o pastor investiu esforços na tradução dos costumes locais, tendo renovado as leituras feitas até então sobre as práticas da guerra, da vingança e da antropofagia (Schwarcz; Starling, 2015). Ele manifestou essas leituras no livro *História de uma viagem feita à terra do Brasil* (1578), do qual Marinho reutilizou passagens que, entre outras coisas, enalteciam a vitalidade dos indígenas. A imagem que Marinho construiu em torno da saúde e do físico dos nativos resultou da seleção de fragmentos de textos escritos por historiadores, cronistas e missionários, desde a época colonial. Mas, as linhas gerais dessa representação foram expressas por meio das palavras de Jean de Léry, que assim retratou os indígenas do Brasil:

Se quiserdes agora figurar um índio, bastará imaginardes um homem nu, bem conformado e proporcionado de membros, inteiramente depilado, de cabelos tosqueados [...], com lábios e face fendidos e enfeitados de ossos e pedras verdes, com orelhas tismadas de preto com o suco do genipapo, e com colares de fragmentos de conchas pendurados ao pescoço. Colocai-lhe na mão seu arco e suas flechas e o vereis retratado bem garboso ao vosso lado (Marinho, 1943b, p.17).

A visibilidade dada à higidez dos indígenas estava em conformidade com a tentativa de acentuar seus aspectos positivos para incorporá-los à sociedade brasileira. A proposta integrava a agenda política do Estado-Novo, que, diante do incremento das ideologias nacionalistas, animadas pela Segunda Guerra Mundial, buscava manter a unidade nacional. Preocupados com a coesão étnico-racial da Nação, vários intelectuais e funcionários públicos empenharam-se para construir concepções de nacionalidade que incluíssem a população ameríndia (Garfield, 2000). A campanha de nacionalização, ampliada com a ditadura, teve impacto em diferentes grupos sociais que, organizados em “comunidades étnicas”, preservavam sua própria língua, cultura e nacionalidade. Por conta do autoritarismo do regime, essa campanha constituiu um processo forçado de ressignificação identitária, que, a todo custo, procurou reunir os habitantes do Brasil em torno dos valores nacionais (Seyferth, 1999).

Entre as ações dirigidas à população indígena, o Estado fez circular imagens que louvavam a força e a beleza física dos nativos, como sinal do vigor “natural” dos primeiros brasileiros (Garfield, 2000). A positivação do corpo interessava à política getulista, que tentou convencer a população do significado cívico da higiene e do trabalho. Para isso, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) difundia a ideia de que manter o corpo em condições de trabalhar era a única forma de colaborar para o crescimento da Nação. A essa noção somavam-se medidas sanitárias que visavam à saúde dos cidadãos, para que estivessem aptos ao trabalho e ao provimento do setor industrial (Gomes, 2002). Em uma época em que o avanço do Brasil era medido pela proporção de brasileiros saudáveis, a higidez dos nativos foi celebrada como um patrimônio nacional. Diante desse potencial, membros do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) buscaram doutriná-los para que percebessem a importância de trabalhar (Garfield, 2000).

No que se refere à inclinação física para o trabalho, Marinho sustentou visões dúbias sobre os indígenas, ora dizendo que “entregavam-se à ociosidade” ora alegando que eram “bem-dispostos”. Na verdade, ele não tomou posição em relação a esse assunto, e essas leituras divergentes estiveram articuladas à percepção dos diferentes autores que citou. Se, nesse ponto, as ideias que Marinho divulgou não estiveram plenamente alinhadas às do Estado, que pretendia vincular a imagem dos nativos ao trabalho, em outros aspectos elas convergiram. Tal como proposto pelo programa de nacionalização, Marinho também ressaltou as características físicas dos indígenas como estratégia para incorporá-los à retórica da identidade nacional. O discurso que Marinho veiculou possuía forte sentido patriótico e nacionalista, já que, em vários momentos, ele procurou destacar a superioridade do elemento nacional em relação aos estrangeiros. Mas a estrutura de seu nacionalismo era bem “flexível”, uma vez que ele indicava os nacionais como superiores aos europeus, no quesito físico, mas pensava a civilização brasileira à luz da cultura europeia.¹¹

De qualquer maneira, o “velho continente” ainda funcionava como critério para pensar a realidade nacional. Vieram de lá as teses raciais que, desde o século XIX, referiam-se à população brasileira como fraca e vulnerável às doenças, por ter nascido da mescla com indígenas e africanos, considerados inferiores aos europeus, inclusive, do ponto de vista físico (Schwarcz, 2001). A péssima imagem deixada por essas teorias, que rodaram o país inteiro, demandou muitos esforços para ser desconstruída. Parte das iniciativas, nesse sentido, investiu na valorização do tipo racial brasileiro, sobretudo, do mestiço, que foi alçado a emblema nacional (Guimarães, 1999). A valorização das aptidões físicas do indígena, tal como proposta por Marinho, pode ser articulada a esse movimento, na medida em que revia a definição dessa parcela da população nacional como elemento degenerador.

Mesmo que suas visões fossem permeadas por estereótipos e que as crônicas e as cartas que Marinho manejou tenham sido escritas muito antes do surgimento das teorias raciais, as ideias que ele fez circular a partir desses documentos não discutiam o nativo como sinal de decadência física nem o europeu como fisicamente superior.

Contudo, ao mobilizar representações, Marinho manteve certas hierarquias, se pensarmos que ele desvinculou os indígenas do horizonte civilizatório e os associou ao âmbito natural. Os aspectos que ele escolheu para enaltecer a população ameríndia iam ao encontro da identidade nacional que, na época, era pensada sobre os valores masculinos de virilidade e força física. Embora isso cooperasse para a inclusão dos nativos no campo discursivo da nacionalidade, Marinho os incluía sem deslocá-los do lugar onde sempre foram imaginados: a natureza. Além disso, a forma como ele conduziu a narrativa deixou a sensação de que os indígenas absorviam sua vitalidade do meio em que viviam, como se fossem uma extensão desse meio. Essa noção flutuou entre os parágrafos que discutiam as condições climáticas do Brasil como fatores potenciadores da saúde dos nativos e dos estrangeiros radicados nele.

Dispõe ainda o Brasil de clima salubérrimo. Posto que situado entre a linha equinocial e o Trópico de Capricórnio, su jeito, portanto, à canícula abrasadora dessas latitudes, o calor é aí consideravelmente amenizado pelos ventos de Leste, que sopram do mar e não encontram em seu caminho montanhas ou ilhas que os barrem. Por isso, talvez, raramente se encontram, no Brasil, as moléstias que frequentemente assolam Angola, Guiné, São Tomé e vários outros lugares [...]. Os aborígenes chegam logo à maturidade e atingem a idades avançadas, em perfeita saúde. Também raramente ficam grisalhos. Veem-se, igualmente, europeus aí residentes atingirem a 100 e 120 anos. Atribue-se esse fato à temperatura, à água, ao clima que, de fato, é tão bom, a ponto de espanhóis, que não passavam bem na Espanha ou nas Índias Orientais, virem para o Brasil a fim de desfrutar o ar excelente e a água magnífica (Marinho, 1943b, p. 17-18).

A questão mesológica era muito debatida entre os letrados, que avaliavam a influência exercida pelo meio sobre a formação socioeconômica do Brasil desde o período colonial. Nesse debate, Marinho atualizou a visão edênica dos primeiros cronistas, salientando a fertilidade do solo, o asseio dos rios, a abundância de caça e pesca e o clima temperado. Em uma análise menos romântica da geografia nacional, outros autores culpavam o meio pela degradação moral e física dos colonizadores, não se limitando à exaltação dos bens naturais. Paulo Prado (1928) e Gilberto Freyre (1933) atribuíram à ardência do clima os vícios sexuais, a fadiga e o esgotamento da energia colonizadora dos europeus. Para este último, a irregularidade do clima teria prejudicado a vida social e econômica na colônia, porque a agricultura era seguidamente afetada pelas enchentes, pelas secas e pelos vermes que destruíam as lavouras.

A pauta climática atraía um sem-número de intelectuais e políticos do mais alto escalão, que distinguiam os aspectos ambientais favoráveis e desfavoráveis à vida social e econômica durante o Brasil Colônia. Entretanto, as influências do meio não eram discutidas como coisas do passado, mas como fatores explicativos da índole do povo brasileiro. Boa parte dos intelectuais compreendia que o caráter nacional havia sido determinado pelas forças do ambiente, que, tal como observado na época colonial, tornava os habitantes do país vulneráveis às doenças, à preguiça e às falhas morais. Essa noção, que teve ampla aceitação entre o final do século XIX e o início do século XX, foi ancorada nas teorias mesológicas do historiador inglês Henry Thomas Buckle e do geógrafo alemão/prussiano Friedrich Ratzel.

Na década de 1870, tais teorias foram apropriadas pelos estudantes das Faculdades de Medicina e de Direito, que tinham o livro *História da Civilização na Inglaterra* (1857) como a grande referência no assunto. De autoria de Buckle, a obra traçava as leis gerais do devir sócio-histórico, declarando que o ambiente agia de modo determinante sobre os grupos que não conseguiam vencer as forças naturais. Segundo ele, a natureza selvagem e impetuosa do Brasil tinha dominado seu povo, que não pôde se impor às determinações do meio, principalmente, dos ventos alísios que vinham do Atlântico.

O mesmo não ocorreu nas sociedades europeias, que, por estarem em um estágio adiantado de civilização, teriam controlado a natureza e usado seus recursos em benefício do desenvolvimento social, econômico e industrial (Murari, 2002). Mais tarde, a noção de que os indivíduos eram produtos do meio foi consolidada pelos estudos de Friedrich Ratzel, considerado um dos grandes mentores da Geografia. Em sua obra de maior repercussão, intitulada *Antropogeografia* (1882), ele reafirmou a ideia de que o ambiente modifica os seres humanos, ao dizer que o meio age, primeiramente, sobre a constituição física e, em seguida, sobre o caráter dos grupos sociais (Moraes, 2007).

Nos livros sobre a História da Educação Física no Brasil, Marinho discutiu a influência do ambiente sobre o estado de saúde dos nativos e dos europeus sem referenciar as teses mesológicas. Mas o autor não só conhecia como lidava com essas teorias e com a noção, apoiada nelas, de que o meio interferia no tipo racial brasileiro. Na monografia *Especialização: fator preponderante na técnica da Educação Física* (1940), ele debateu o meio como uma das “bases para a formação da raça” (Marinho, 1940, p. 29). Ao argumentar em favor da ação do ambiente sobre a formação física, moral e psíquica da população, ele propôs uma definição do conceito sem deixar claras as bases teóricas usadas para concebê-lo.

Deve-se entender por *meio* ou *ambiente* o conjunto de fatores que influem sobre [o indivíduo] depois que nasce, de modo normal ou eventual, tais como: o processo de criação física, com predominância da alimentação; a criação psíquica, intelectual e moral [...] representada pelo ambiente familiar e escolar; o clima e as estações traduzindo o ambiente físico; os fatores morbíficos e o ambiente social e econômico (Marinho, 1940, p. 30, grifos do autor).

Em sua leitura, o meio abrangia a família, a escola, a sociedade e o clima, os quais, em conjunto, exerciam influência determinante sobre os indivíduos, na medida em que seriam constituídos pelos espaços circundantes. Não conseguimos captar com clareza os autores nos quais Marinho se inspirou para conceituar o meio, mas, ao longo da monografia, notamos que ele citou o livro *Os sertões* (1902), de Euclides da Cunha, escritor que discutia a questão mesológica e frequentava trabalhos de sua autoria.¹² Nessa obra, Euclides da Cunha (1984) recorreu às ideias de Thomas Buckle para advogar em prol da influência do ambiente sobre os tipos raciais brasileiros, dizendo que, devido às variações climáticas, em diferentes partes do território nacional, surgiram grupos de indivíduos com características físicas e psíquicas variadas.

Quando Marinho anunciou sua concepção de meio, as teorias mesológicas não possuíam a mesma credibilidade que tiveram no início do século XX (Ortiz, 1994), mas ele ainda as mobilizou como categoria explicativa das características psíquicas, morais e físicas da população brasileira. Em face desse debate, as ideias que Marinho transmitiu, ao reescrever a História da Educação Física, rebateram a noção do ambiente como elemento degenerador dos grupos raciais. Isso porque, em sua releitura do contexto colonial, Marinho privilegiou pontos de vista que associavam a saúde física e a longevidade de indígenas e europeus ao efeito salutar e revigorante da natureza. Para tanto, ele não desconsiderou as determinações do ambiente, apenas priorizou as influências positivas ao invés das negativas sinalizadas por outros autores que discutiam os impactos do meio sobre os indivíduos no contexto da colonização.

O ângulo que Marinho privilegiou escondia uma realidade muito menos salubre, porque, na época colonial, as epidemias fizeram milhares de vítimas de Norte a Sul do Brasil. O alastramento de doenças, algumas delas trazidas pelos europeus, como a varíola, o sarampo, a gripe e a tuberculose, devastou grande parte da população, principalmente os grupos indígenas localizados na costa brasileira. O pico de mortalidade foi simultâneo às frentes de expansão econômica e missionária, ocorridas a partir de meados do século XVI (Potiguara, 2002). Isso quer dizer que nem todos estiveram livres de doenças ou gozaram da saúde impecável indicada por Marinho, uma vez que o quadro de saúde da população nativa oscilou bastante ao longo do período colonial e decaiu consideravelmente no pós-contato.

Na verdade, o silêncio sobre esse aspecto histórico era parte de uma cadeia muito maior de ocultamentos, uma vez que seu relato evitou dados importantes do passado colonial brasileiro.

O eixo central das ocultações foi a romantização das relações estabelecidas entre os grupos nativos e os estrangeiros. A história contada por Marinho leva a pensar que quase não existiam divergências entre indígenas e europeus, uma vez que sua versão histórica enfatizou somente as rivalidades nativas. Nessa perspectiva, os indígenas surgiam como algozes de si mesmos, que viviam em permanente conflito uns com os outros. As disputas internas eram trazidas à tona através de vários autores, que narravam cenas em que nativos de grupos rivais, chamados de “contrários”, eram aprisionados e mortos em cerimônias públicas. Um desses casos foi extraído do texto publicado por Alexandre José de Melo Morais Filho, na *Revista da Exposição Antropológica Brasileira*. Morais Filho (1882) dava especial atenção às guerras nativas, as quais, para ele, juntamente com a escravização, as bandeiras e as epidemias trazidas pelos europeus, extinguíam lentamente as raças indígenas do Brasil. Do texto dele, Marinho citou um trecho que descrevia a prisão e o ritual de morte de um cativo:

[...] o prisioneiro atravessava a aldeia dos vencedores sob os maiores insultos e era conduzido à prisão onde permanecia amarrado pela cintura e pelo pescoço. Decorrido o tempo necessário para que o cativo engordasse, era marcado o dia do sacrifício. O carrasco apresentava-se todo pintado a genipapo, tendo à cabeça uma carapuça de penas amarelas e um diadema; os braços e pernas eram ornados com manilhas das mesmas penas; do pescoço pendiam-lhe enormes colares e da cintura lindas caudas de ema. Vinha armado com pesado porrete marchetado com continhas brancas de búzios. Com andar arrogante, o executor aproximava-se do preso e o insultava. O condenado respondia altivamente e então o matador desferia um golpe quase sempre certo (Marinho, 1943b, p. 35-36).

Entre os tupinambás, as guerras cumpriam importante função social, pois, através delas, os chefes firmavam seu prestígio diante do grupo e fortaleciam laços com aliados. A principal motivação das guerras interétnicas era o ritual da vingança, que consistia na captura, no cativeiro e na execução dos inimigos em cerimônia antropofágica. A carne dos rivais era consumida pelos membros da aldeia e dos grupos sectários, garantindo, com isso, a continuidade das alianças e das rivalidades grupais (Almeida, 2010). Nas vezes em que falou sobre a “morte dos prisioneiros”, Marinho fez interessante panorama de como os rituais da vingança aconteciam na prática, mas sem atentar para a relação simbólica dessas cerimônias com a reprodução do sistema social. No intuito de atribuir valor positivo à população ameríndia, ele destacava que a “[...] coragem dos nossos índios era demonstrada principalmente por ocasião da sua morte [...]” (Marinho, 1943b, p. 33), já que os prisioneiros não temiam o fim iminente. Porém, o modo como Marinho recuperou as relações coloniais dava a entender que os nativos pereciam só pelas mãos de seus pares e não pela violência exercida pelos europeus.

Na recuperação do passado colonial, Marinho deixou de lado fatos que revelavam o massacre e os maus-tratos praticados pelos colonizadores contra os povos originários do Brasil. A escravização indígena, por exemplo, passou despercebida ao longo da escrita, mesmo se tratando de um fenômeno de reconhecida importância histórica, que, por cerca de 300 anos, estruturou as relações sociais e econômicas das sociedades colonial e imperial. Desse modo, a violência das relações coloniais foi discutida em uma perspectiva unilateral, pois Marinho atribuiu a crueldade e a desumanidade aos grupos indígenas, distanciando os estrangeiros de qualquer conotação violenta. Nesse sentido, ele chegou a identificar os europeus como vítimas dos povos nativos, ao recordar momentos em que aqueles foram alvo dos rituais da vingança.

Podemos pois imaginar que pouco favorável juízo faziam dos europeus, vendo-os chorosos e pusilânimes e covardes no ato para o qual eles reservavam ostentação do seu maior valor. Os cristãos, aprisionados às vezes ao acabarem de chegar da Europa, ignorando os usos bárbaros e a sorte que os esperava, quando levados aos sacrifício, alheios inteiramente a tais cenas horríveis, não podiam deixar de atemorizar-se; e desconhecendo a nenhuma piedade destes homens ferozes e duros de coração [...] e o fato de que o sacrifício do prisioneiro de geração contrária era para eles de religiosa vingança, bradavam misericórdia aos céus e a eles, que desprezavam nessa ocasião as lágrimas, como se fossem derramadas por pusilanimidade. O resultado era julgarem-se cada vez mais valentes e mais fortes que os europeus (Marinho, 1952, p. 72-3).

Quanto a isso, cabe destacar que esse trecho foi o único em que Marinho deu a entender que existiram conflitos entre indígenas e europeus. No mais, ele evitou as tensões que marcaram a relação entre os grupos, como se o contato entre eles tivesse sido pacífico. No início dos anos de 1950, marco temporal deste estudo, esse entendimento predominava entre os estudiosos das relações raciais brasileiras (Guimarães, 1999), não estando restrito às obras de Marinho. Em larga medida, essa leitura foi pautada na passividade indígena, uma noção divulgada desde o século XIX e amplamente atualizada por intelectuais de renome, tais como Paulo Prado e Gilberto Freyre. Para esses autores, os nativos tiveram uma postura passiva diante dos invasores, pois não reagiram com veemência ao domínio europeu. Ocultando o massacre liderado pelos colonizadores, no Brasil, Paulo Prado e Gilberto Freyre deduziram que a fraca reação indígena facilitou a ocupação portuguesa, que, diferentemente da conquista espanhola do México e do Peru, não culminou com o extermínio dos povos nativos.

Nos estudos de Marinho, as coisas também se passaram como se não tivessem existido grandes divergências entre colonizadores e colonizados. Além de ocultar as oposições sociais, ele recordou conflitos nos quais indígenas e portugueses lutaram lado a lado. A recordação de combates históricos foi uma estratégia habilmente utilizada para evidenciar históricas alianças construídas entre membros da nação brasileira. Assim, Marinho destacou episódios em que os indígenas se aliaram aos portugueses para conter a rebeldia dos nativos inimigos e para evitar que potências europeias fixassem colônia no território conquistado por Portugal. A união dos grupos, em defesa das fronteiras nacionais, foi indicada mediante a alusão à Batalha dos Guararapes, uma disputa que culminou com a expulsão dos holandeses da capitania de Pernambuco, na metade do século XVII. Para evocar o evento, Marinho deu voz ao Frei Manuel Calado do Salvador, que, no livro *O Valoroso Lucideno e Triunfo da Liberdade* (1942), falou de um “[...] combate dentro d’água, em que os índios de Felipe Camarão caçaram seus adversários a nado” (Marinho, 1952, p. 54):

Todos os outros Caboclos Brasilianos foram fugindo e largando as armas e deitaram a nado ao mar, por salvarem as vidas, após dos quais foram também entrando na água os índios do Camarão e os seus Tapuias, e foram ferindo e matando neles, enquanto a água lhe não cobriu as cabeças, e gritando o Mestre de Campo André Vidal de Negreiros, que lhe tomassem um Holandês vivo, os Tapuias do Camarão foram seguindo a dous que haviam escapado do encontro, e os trouxeram fora da água pelos cabelos, dos quais mataram a um e o outro apresentaram ao Mestre de Campo para lhe fazer perguntas do que entre os Holandeses se passava [...] (Marinho, 1952, p. 54-55).

As batalhas de Guararapes, ocorridas em 1648 e 1649, marcaram a reação portuguesa contra a invasão holandesa do Brasil. As tentativas de ocupação, que geraram a maior disputa político-militar da época colonial, foram dirigidas pelo príncipe Maurício de Nassau, um militar alemão enviado pela Companhia das Índias Ocidentais para governar a colônia holandesa. A fim de controlar as principais zonas açucareiras da América portuguesa, os holandeses começaram a invasão em 1624, em Salvador, e, em 1630, partiram para Pernambuco, marcando o início de fases distintas dessa ocupação.

A capitania pernambucana permaneceu sob o domínio holandês até a Batalha dos Guararapes, confronto que ganhou notoriedade, dentre outras coisas, pela ação conjunta de André Vidal de Negreiros, Henrique Dias e Antônio Felipe Camarão, ícones das três raças formadoras do Brasil (Fausto, 2015).

A luta contra o invasor holandês, recordada por Marinho, era largamente lembrada na historiografia como manifestação pioneira de nacionalidade, uma vez que um sentimento de zelo às fronteiras nacionais teria mobilizado as raças brasileiras em torno de um objetivo comum. A cena lembrada por ele deixou de fora Henrique Dias (negro), outra personagem emblemática do conflito, privilegiando a comunhão entre Vidal de Negreiros (branco) e Felipe Camarão (indígena). Mantendo a tônica da escrita, Marinho utilizou esse enfrentamento para enaltecer as habilidades físicas dos nativos e dos caboclos brasileiros, especificamente, a notável aptidão para a natação. Contudo, ao que tudo indica, também existia o interesse de revelar a maleabilidade do indígena, que aparecia como grupo passivo e apolítico que aceitou se aliar ao português em nome da causa luso-brasileira.

Essa imagem idealizada do indígena era coerente com a proposta ideológica do Estado-Novo, que se valia de visões romantizadas para articular o grupo ao discurso da identidade nacional. Como estratégia para construir um Brasil unificado, social e politicamente, fazia-se necessário minimizar as tensões históricas e enfatizar as afinidades sociais entre brancos e indígenas. Os textos e pronunciamentos de membros do partido, como os de Cândido Rondon, nomeado diretor do Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI), faziam apologia aos nativos e ao suporte que, historicamente, eles prestaram ao Estado. A fim de socializar o sentimento de unidade nacional, a política getulista ainda engajou o DIP na tarefa de popularizar a noção de que, desde a época colonial, as alianças sexuais e militares, entre brancos e indígenas, foram fundamentais à formação da nação brasileira (Garfield, 2000).

Essa política nacionalista manteve-se, mesmo após o Estado-Novo, porque o tratamento dispensado aos povos ameríndios não sofreu mudanças significativas até a década de 1960. O SPI teve seu regulamento alterado em 1936 e, até sua extinção, em 1967, as ações desse órgão basicamente foram guiadas pelo decreto de 1936, que buscava incorporar os indígenas à sociedade brasileira até chegarem ao nível de civilização de pessoas brancas de origem europeia. A civilização dos indígenas partia da ideia de que a integração do grupo à sociedade civilizada remodelaria suas feições culturais. Esse entendimento, que predominou até as décadas finais do século XX, nutriu a expectativa do apagamento das identidades ameríndias, mesmo entre os mais assíduos defensores dos grupos nativos (Almeida, 2010).

Considerações finais

Quando Getúlio Vargas assumiu o poder, em 1930, e, mais intensamente, após 1937, com o advento do Estado-Novo, a miscigenação racial começou a ser valorizada como elemento representativo da identidade brasileira. Junto às iniciativas de cunho político, intelectuais de variadas áreas passaram a sustentar a ideia de que a mistura entre indígenas, africanos e europeus era uma característica histórica do Brasil, traduzindo uma nação unificada e sem segregações étnico-raciais. Essa construção ideológica foi apoiada em reinterpretções do passado brasileiro, sendo mobilizadas no pós-1930, para consolidar um sentimento de unidade nacional que, em larga medida, estava distante da realidade.

Em um contexto em que a associação do elemento indígena às representações da nacionalidade fez parte de uma política de unificação, Marinho trouxe do passado colonial práticas indígenas que contribuíram para a história da Educação Física brasileira. No esforço de recuperar os legados ameríndios, ele lançou mão de textos coloniais para representar a saúde e o preparo físico como virtudes nativas, evitando, para tanto, vestígios que provassem o contrário. Em seu discurso, essa condição sadia era associada à também sadia natureza tropical, em uma concepção naturalista e determinista que via os grupos como expressões do ambiente. Ao discutir o meio como influência salutar, em vez de degenerativa, Marinho encontrou um argumento para respaldar a força e a saúde dos grupos nativos do Brasil e, de quebra, pavimentar sua articulação ao discurso da nacionalidade.

Assim, diante do estímulo à industrialização e à preparação do corpo para o trabalho, o indígena retratado por ele reunia os predicados físicos que alicerçaram as visões dominantes da identidade nacional.

Marinho propagou noções de indianidade que também coincidiram com aquilo que, geralmente, as elites falavam sobre o caráter ameríndio. Reforçando a imagem de um Brasil coeso e livre de antagonismos sociais, Marinho mostrou o indígena como agente passivo, que praticamente não se opôs à dominação europeia e, nas vezes em que esboçou alguma reação, fê-lo de forma instintiva, isolada e apolítica. Mesmo tendo significado os grupos nativos pela força e com musculatura superior à dos europeus, em seu relato, os indígenas não teriam usado essa superioridade em seu proveito para lutar contra o colonizador português. Com isso, Marinho sustentou uma visão parcial da história, que, ao realçar as alianças luso-indígenas e as rivalidades nativas, associou a violência colonial aos rituais indígenas e omitiu o massacre praticado pelos brancos europeus.

Referências

- ALMEIDA, M. R. C. *Os índios na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.
- ANDRADE, O. *Obras completas: Do Pau-Brasil à antropofagia e às utopias*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- BOSI, A. *Dialética da colonização*. 3ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CANDIDO, A. *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.
- CUNHA, E. R. P. *Os Sertões*. São Paulo: Três, 1984 (Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro).
- FAUSTO, B. *História concisa do Brasil*. Ed Edusp, 3ª edição. 2015.
- FREYRE, G. M. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48 ed. rev. São Paulo: Global, 2003.
- GARFIELD, S. As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 20, nº 39, 2000, p. 15-42.
- GOELLNER, S. V; SILVA, A. L. S (Orgs). *Nos recônditos da memória: o acervo pessoal de Inezil Penna Marinho*. Porto Alegre: Gênese, 2009.
- GOMES, A. C. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2002 (Descobrimos o Brasil).
- GRANDO, B. S.; XAVANTE, S. I. Interdisciplinaridade no ensino de arte e educação física na escola indígena. In: ROCHA, V. L. P. (Org.). *Caderno Didático 5: Interdisciplinaridade no Ensino de Arte e Educação Física na Escola Indígena*. Natal: UFRN/PAIDEIA/MEC, 2006. p.17-31.
- GUIMARÃES, A. S. *Racismo e Anti-Racismo no Brasil*. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; ed.34, 1999.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 5ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- MARINHO, I. P. *Ante-Projeto do Método Nacional de Educação Física*. Tomo I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.
- MARINHO, I. P. *Bases científicas da Educação Física*. Rio de Janeiro: Sociedade de Estudos dos Problemas da Educação Física (SEPEF), 1943a.
- MARINHO, I. P. *Contribuição para a História da Educação Física no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943b.
- MARINHO, I. P. *Especialização: fator preponderante na técnica da Educação Física*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1940.
- MARINHO, I. P. *História da Educação Física e dos Desportos no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1952.

- MONTEIRO, J. M. *Tupis, Tapuias e historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. Tese Apresentada para o Concurso de Livre Docência. Área de Etnologia, Subárea História Indígena e do Indigenismo: Departamento de Antropologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), 2001.
- MORAES, A. C. R. *Geografia: pequena história crítica*. 21ª edição. São Paulo: Annablume, 2007.
- MORAIS FILHO, A. J. M. As causas da extinção dos índios. *Revista da Exposição Antropológica Brasileira*, Rio de Janeiro, 1882, p. 23-24.
- MUNDURUKU, D. Educação indígena: do corpo, da mente, do espírito. *Revista Múltiplas Leituras*, v.2, n. 1, 2009, p. 21-29.
- MURARI, L. *Tudo o mais é Paisagem: Representações da Natureza na Cultura Brasileira*. (Tese de Doutorado). 591f. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), 2002.
- ORTIZ, R. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 5ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- POTIGUARA, E. Participação dos povos indígenas na Conferência em Durban. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 01, 2002, p. 219-228.
- SCHWARCZ, L. M; STARLING, H. M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SEIDLER, C. F. G. *Dez anos no Brasil* – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003. (Coleção o Brasil visto por estrangeiros).
- SEYFERTH, G. Os imigrantes e campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, D. (Org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p.199-228.
- SILVA, A. B. *Projetos em disputa: O Manual Noções de História da Filosofia do Padre Leonel Franca (S. J.), nas décadas de 1910 a 1940*. 292f. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), 2020.

Notas finais

¹ Inezil Penna Marinho nasceu no dia 15 de agosto de 1915, em Copacabana, bairro localizado na zona sul do Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Falecido em 26 de março de 1987, Marinho deixou um grande legado à geração de intelectuais que o sucedeu, como estudioso profícuo e conectado às questões de seu tempo.

² Em dado momento de sua vida, Marinho decidiu guardar parte de seus objetos pessoais e de sua produção intelectual em um arquivo particular, que, depois do seu falecimento, ficou sob os cuidados de sua esposa e de seu filho, na casa onde residiu, na cidade de Porto Alegre. O arquivo é composto por cerca de 60 grandes cadernos do tipo brochura, que contém relatórios, recortes de jornais, certificados, correspondências, materiais didáticos e manuscritos. Também reúne roupas, fotografias, medalhas, flâmulas, bandeiras e gravações sonoras que permitem ouvi-lo (Goellner; Silva, 2009).

³ Link de acesso à página do Lume: <https://lume.ufrgs.br/discover>.

⁴ Nas sociedades ameríndias, a antropofagia era uma prática constituinte das identidades étnicas e dos rituais de guerra de diversos grupos. Por meio do ritual antropofágico, que se baseava no consumo da carne dos inimigos, os indígenas acreditavam que absorveriam todas as virtudes dos rivais mortos durante a guerra (Bosi, 1992).

⁵ Os manifestos de Oswald de Andrade (1890-1954) marcaram o movimento artístico conhecido como Modernismo, que surgiu das articulações da Semana de Arte Moderna, em 1922. Neles, destacam-se a ressignificação do elemento primitivo e a valorização da cultura indígena. Vide: ANDRADE, O. *Obras completas: Do Pau-Brasil à antropofagia e às utopias*. 2ª edição – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

⁶ Publicado no *Jornal Correio Paulistano*, em maio de 1929, o Manifesto Verde-Amarelo está disponível para leitura na Biblioteca Nacional Digital (BNDigital), através do endereço: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/correio-paulistano/090972>. Acesso em: 05/07/2022.

⁷ Pero Vaz de Caminha (1450-1500) foi o fidalgo português que atuou como escrivão da armada de Pedro Álvares Cabral (1467-1520).

⁸ *Retrato do Brasil*, do escritor Paulo da Silva Prado (1869-1943), é uma das obras mais populares da literatura nacional. Ainda hoje trata-se de uma leitura indispensável aos estudos voltados à interpretação do Brasil e ao caráter do povo brasileiro.

⁹ Gilberto de Mello Freyre (1900-1987) teve participação destacada na configuração das Ciências Sociais no Brasil, aparecendo entre os sociólogos mais progressistas de sua geração. Seus estudos sobre a formação da sociedade brasileira, que se tornaram clássicos da literatura nacional, rebatem parte das ideias de Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Nina Rodrigues, os mentores das Ciências Sociais no país (Guimarães, 1999).

¹⁰ No período colonial, os diversos grupos indígenas foram praticamente reduzidos ao binômio tupi-tapuia. Na língua Tupi, a palavra “Tapuia” significa “bárbaro” e era usada pelo grupo para nominar os indígenas de outras nações. Na época, os europeus apropriaram-se do termo, utilizando-o para designar os povos não tupis (Almeida, 2010).

¹¹ O ideal de nação projetado por Marinho inspirava-se na figura do imigrante português, pois, no seu entender, esse grupo guardava afinidades linguísticas e culturais com a realidade brasileira. Essa questão é discutida com mais detalhes na Tese de Doutorado.

¹² Como exemplo, citamos as monografias *Bases Científicas da Educação Física* (1943a) e *Ante-Projeto do Método Nacional de Educação Física* (1946), nas quais Marinho se baseou nas ideias de Euclides da Cunha para abordar a diversidade física da raça brasileira. Essa relação não é conclusiva, mas deixa pistas interessantes sobre a inspiração teórica de sua definição de meio.

Submetido em: 11/03/2025
Aceito em: 10/09/2025